

● Nacional

Econ-Brasil

POLÍTICA ECONÔMICA

O esforço concentrado na exportaçãopor Cintia Sasse
de Brasília

A perspectiva para o próximo ano é de melhora no balanço de pagamentos do País, basicamente pelo desempenho mais favorável das exportações, continuidade da política de contenção das importações e a possibilidade de um declínio efetivo nas taxas de juros internacionais. O ministro da Fazenda, Ernane Galvães, transmitiu ontem esta previsão à imprensa. Indicou a meta de US\$ 28 bilhões nas exportações brasileiras em 1982 como "bastante razável". O esforço será no sentido de obter um aumento de 20% sobre as exportações desse ano", garantiu o ministro. O que, se confirmadas as vendas de US\$ 24 bilhões neste ano, poderia alargar a meta para uma cifra próxima aos US\$ 29 bilhões em 1982.

De qualquer modo, o ministro identificou a necessidade de um superávit de US\$ 3 bilhões na balança comercial do próximo ano. As importações, portanto, deveriam situar-se na faixa dos US\$ 25 bilhões a US\$ 26 bilhões. Mas Galvães acredita que possam ser impostas metas abaixo desses patamares. "Não deve haver aumento do volume das importações de petróleo e se os preços não aumentarem podemos importar uma cifra parecida com a deste ano, em torno de US\$ 10 bilhões." O ministro seguiu um raciocínio semelhante sobre o comportamento dos outros itens que serão importados pelo País no próximo ano: "Não devem aumentar de volume".

Mesmo assim, ele admittiu a possibilidade de certa reativação econômica no próximo ano, desde que isso não onere "demasiadamente" o balanço de pagamentos do País e não gere pressões inflacionárias adicionais. "Qualquer plano de desenvolvimento persegue estes três objetivos: crescimento econômico, combate à inflação e redução do déficit do balanço de pagamentos", salientou. As alternativas para o crescimento econômico sem agravar as importações, embora reconhecendo a relação intrínseca entre os dois, dependem, a seu ver, da capacidade de mobilização de recursos internos para a substituição de importações. Além disso, pode-se crescer em setores que pouco dependem de insumos importados ou mesmo que dispensem aquisições externas, como habitação, saneamento, mineração, agricultura, e, um exemplo mais específico, as destilarias de álcool.

Esta segunda alternativa, segundo ele, já está sendo posta em prática pelo governo, ao estimular programas específicos, como Cajajás, álcool-carvão, que procuram compensar a redução dos gastos públicos. No entanto, Galvães não endossa a possibilidade de se adotar um programa claro de reativação de certos setores industriais que não pressionem o balanço de pagamentos, como propõe o trabalho entregue recentemente pelo ministro Camilo Penna, da Indústria e do Comércio, à Presidência da República. "A ingerência do governo não atinge este grau de sofisticação, mas alguma coisa pode ser feita", disse ele.

JUROS

Outro ponto que poderá contribuir para a melhor performance do balanço de pagamentos em 1982 é a queda nas taxas de juros internacionais. A recente redução em um ponto percentual das taxas dos grandes bancos norte-americanos a clientes preferenciais, anunciada esta semana, já trará reflexos benéficos ao balanço de pagamentos desse ano. Galvães acha que é possível rever o montante previsto do pagamento de juros para uma cifra inferior aos US\$ 8 bilhões estimados este ano. A decisão dos bancos, a seu ver, abre "boas possibilidades" de um declínio efetivo das taxas no próximo ano. Ele se baseia na estagnação dos investimentos mundiais devido às elevadas taxas de juros que atingiram um patamar tão alto "que qualquer analista se convence de que elas agora devam baixar em 1982".

No plano mais geral, o

quadro da economia no próximo ano "é muito parecido" com o deste exercício. O governo deve aperfeiçoar modificações já introduzidas no planejamento da economia de 1981, como o aumento do controle das estatais, melhor controle monetário e maior participação dos bancos privados na concessão do crédito agrícola. Neste último aspecto, o ministro comentou que o esperado declínio nas taxas de inflação do próximo ano poderá dispensar a elevação dos juros subsidiados à agricultura. No entanto, deixou bem claro que a orientação do governo é caminhar para a adoção de taxas de mercado, no crédito à agricultura, embora isso ainda não tenha prazo previsto.

Em 1982, o governo não deverá acionar a colocação de títulos públicos como principal instrumento de controle monetário, porque estará controlando mais a concessão de subsídios, os gastos públicos e procurando outras fontes de recursos, segundo Galvães. Ele comentou ser possível alguns ajustes, mas que a ênfase será um corte maior dos gastos públicos.